

Assembleia da República

Sua Excelência
Senhor Dr. José Durão Barroso
Presidente da Comissão Europeia
Bruxelas

CABINET DU PRESIDENT										
PRES	JL	FFM	AJC	N°						OJ
9 08. 2010										
CMA	LR	AV	PVP	OD	HK	ISC	AS	HS	MS	
MEMBRE RESPONSABLE: SG.G.3							ARCHIVES			

reçu le 11/08/10

Assunto: Processo de escrutínio parlamentar das iniciativas europeias
Parecer – COM (2010) 183

Senhor Presidente,

Junto envio a Vossa Excelência o Relatório produzido pela Comissão Parlamentar competente em razão da matéria (Comissão de Assuntos de Ética, Sociedade e Cultura), no âmbito do processo de escrutínio parlamentar das iniciativas europeias, sobre:

- **COM (2010) 1831 – “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas”.**

Mais se informa que fica assim concluído, pela Assembleia da República, o processo de escrutínio da iniciativa mencionada.

Nesta data foi, igualmente, dado conhecimento do referido documento ao Presidente do Parlamento Europeu e ao Presidente do Conselho da União Europeia.

Queira Vossa Excelência aceitar, Senhor Presidente, a expressão do meu respeito e muito apreço. *Jaime Gama*

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,

Jaime Gama

JAIME GAMA

Lisboa, 4 de Agosto de 2010
325/PAR/10-ca

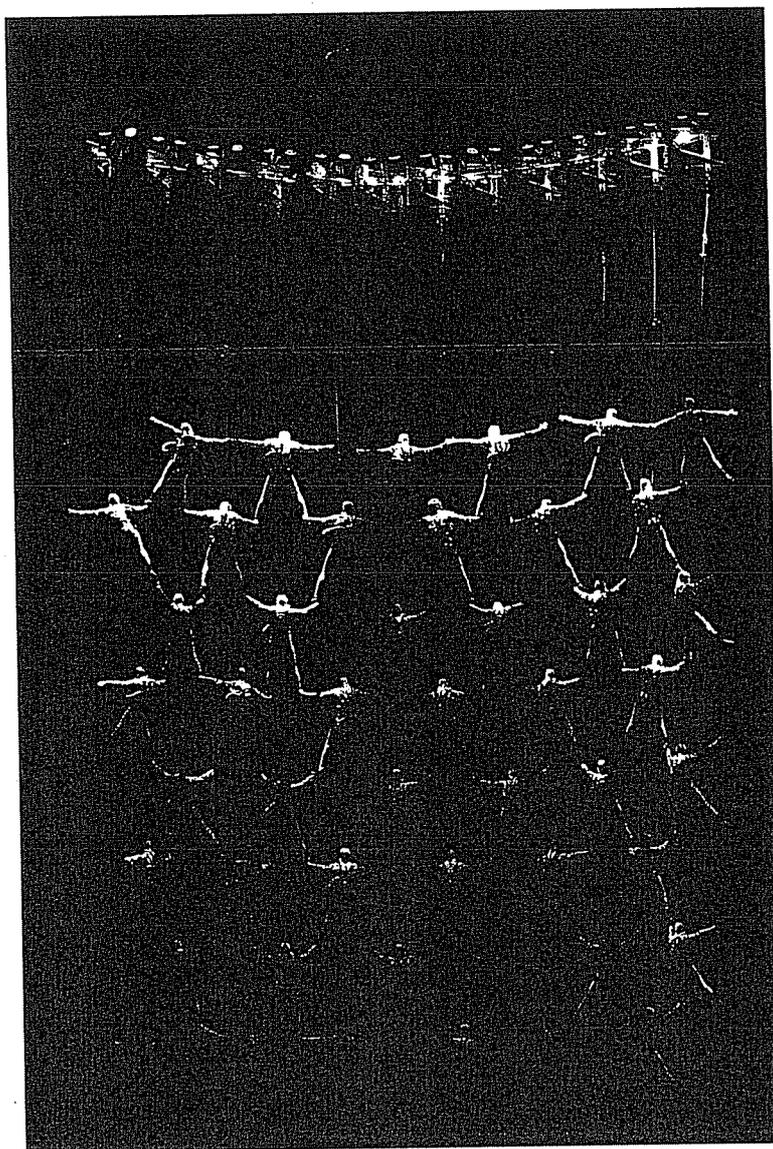


ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Livro Verde

Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas



Relatório



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Índice

I - Introdução.....	3
II – Metodologia.....	3
III – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas.....	4
IV – Contexto político, objectivos e âmbito do Livro Verde.....	10
V – Diversidade cultural, passagem à era digital e globalização: principais motores de desenvolvimento das ICC.....	14
VI – Criação de meios adequados.....	18
VII – Desenvolvimento local e regional como base para o sucesso mundial.....	26
VIII – Para uma economia criativa: os efeitos positivos das ICC.....	36
IX - Síntese e nota final.....	40
X – Parecer.....	44



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

I – Introdução

A Comissão Europeia adoptou em 27.4.2010 um Livro Verde sobre como realizar o potencial das indústrias culturais e criativas (a seguir designadas ICC). O documento da Comissão - COM (2010) 183 – pretende lançar um debate sobre as condições necessárias a um ambiente criativo verdadeiramente estimulante para as ICC da União Europeia. Os decisores políticos, as ICC, os agentes culturais e criativos, outras partes interessadas do sector, bem como a sociedade civil e os cidadãos, são convidados a pronunciar-se até 30 de Julho de 2010, dando a sua opinião sobre o teor do presente Livro Verde.

A Comissão de Assuntos Europeus (CAE), por seu turno, recebeu, no dia 29.4.2010, a referida iniciativa e, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da UE, remeteu-a à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura para eventual análise e elaboração de Relatório.

A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, deliberou proceder à realização do presente Relatório.

II – Metodologia

O presente relatório mantém a estrutura definida pelo Livro Verde. Em cada um dos diferentes capítulos e subcapítulos, começa-se sempre por elaborar um resumo do conteúdo de cada um para, imediatamente a seguir, se apresentarem um conjunto de observações/comentários que visam, na maior parte das vezes, enquadrar a realidade portuguesa perante aquilo que são as perspectivas e as perguntas deste documento.

Para uma maior facilidade de distinção entre o que é o resumo do que consta do Livro Verde e o que é a parte de observação/comentário optou-se por uma solução gráfica onde o tamanho



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

da letra é maior para o resumo do que para a observação/comentário. Sempre que se inicia esta fase, ao título original acresce a expressão: (observações/comentários).

Este relatório assenta particularmente em dois estudos recentes (sugere-se a sua consulta) sobre esta matéria que foram produzidos em Portugal:

- Estudo Macroeconómico: Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte, promovido pela Fundação de Serralves, em parceria com a Junta Metropolitana do Porto, a Casa da Música e a Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, e da responsabilidade de um consórcio constituído por Tom Fleming Creative Consultancy, Horwath Parsus, Opium Lda, Gestluz, Comedia;

- O Sector Cultural e Criativo em Portugal, promovido pelo Ministério da Cultura através do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, e da responsabilidade da Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda.

III - Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas

Na óptica da Comissão, numa altura em que alguns dos nossos parceiros internacionais já estão a aproveitar em grande medida os recursos multifacetados das ICC, a UE tem ainda de desenvolver uma abordagem estratégica que faça dos seus valores culturais fortes e atractivos a base de uma sólida economia criativa e uma sociedade coesa.

Parte-se da ideia de que nas últimas décadas o mundo tem vindo a mudar a um ritmo mais rápido, tendo surgido uma nova economia que designa por digital onde a capacidade para criar experiências sociais e para criar redes é agora um factor de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

competitividade, para se chegar à conclusão de que existe um vasto potencial desaproveitado nas indústrias culturais e criativas para gerar crescimento e emprego.

A Europa deve identificar e investir em novas fontes de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para superar o desafio que se lhe apresenta e as ICC da Europa apresentam um verdadeiro potencial para dar resposta a este desafio. As ICC podem contribuir para a Estratégia «Europa 2020».

Vários estudos recentes revelaram que as ICC têm um potencial económico importante e constituem um dos sectores mais dinâmicos da Europa, contribuindo com cerca de 2,6% para o PIB da UE, com uma taxa de crescimento elevada e criando empregos de qualidade para cerca de cinco milhões de pessoas na UE-27.

Sublinha-se ainda que os conteúdos culturais têm um papel crucial na implantação da sociedade da informação.

Destaca-se a sua importância como forças motrizes da inovação económica e social.

As ICC podem contribuir para: a regeneração ou promoção da imagem de países, regiões ou cidades; o desenvolvimento de competências em tecnologias da informação e das comunicações (cibercompetências); o incentivo à investigação da comunicação de valores de forma acessível, de produtos e serviços inovadores; a promoção de enquadramentos económicos com baixa emissão de carbono e sustentáveis, o diálogo entre gerações; o diálogo intercultural; a formação de comunidades.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

As ICC, através de parcerias com o ensino, podem desempenhar um papel importante, conferindo aos cidadãos europeus as competências criativas, empresariais e interculturais de que necessitam. O desafio reside em ajudar a Europa a transformar-se numa sociedade baseada no conhecimento, estimulando, em simultâneo, a procura de conteúdos e produtos mais diversificados e sofisticados.

No presente Livro Verde colocam-se três desafios para que as ICC possam aproveitar as oportunidades oferecidas pela diversidade cultural, pela globalização e pela digitalização, que constituem factores-chave para o desenvolvimento destas indústrias:

-criar os meios adequados, aumentando a capacidade de experimentação, inovação e sucesso como empresários, e facilitando o acesso ao financiamento e a aquisição de uma combinação adequada de competências;

-ajudar as ICC a desenvolverem-se no seu enquadramento local e regional, como plataforma para uma maior presença a nível mundial, inclusive através de maior intercâmbio e mobilidade;

-avançar no sentido de uma economia criativa, aproveitando os efeitos positivos das ICC numa grande variedade de contextos económicos e sociais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas – (observações/comentários)

O debate sobre o valor social e económico da criatividade é relativamente recente na sociedade portuguesa. No entanto, numa altura em que a Comissão Europeia demonstra a sua preocupação pelo facto dos seus parceiros internacionais estarem já a aproveitar os recursos das ICC e por isso lançou, com este Livro Verde, um amplo debate sobre este sector, Portugal não pode deixar de perceber qual é o seu posicionamento actual para depois poder actuar sobre ele. Assim como a UE procura uma estratégia para as ICC, Portugal deve também debater e posteriormente definir uma estratégia própria e que, naturalmente, se enquadre na diversidade cultural e criativa da Europa.

A questão das indústrias culturais e criativas tem suscitado nos últimos tempos a atenção dos agentes culturais, da comunidade criativa e dos decisores políticos. Para esta atenção contribuíram a realização de estudos recentes sobre esta temática e dos quais destacamos, pela sua importância e abrangência, dois:

- Estudo Macroeconómico: Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte – promovido pela Fundação de Serralves, em parceria com a Junta Metropolitana do Porto, a Casa da Música e a Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto e que teve como missão concretizar uma visão para o sector das Indústrias Criativas para a Região Norte de Portugal;

- O Sector Cultural e Criativo em Portugal, promovido pelo Ministério da Cultura/GPEARL.

A corroborar a afirmação segundo a qual as ICC têm suscitado a atenção dos decisores políticos atente-se, por exemplo, nas declarações do Senhor Presidente da República, proferidas na última sessão solene evocativa do 25 de Abril na Assembleia da República: *“Portugal vive uma grave crise que é de todos conhecida. É nestas alturas que temos de ser capazes de abrir caminhos que levem o país a novas oportunidades. Irei referir dois deles: o*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

mar e as indústrias criativas.” (...) “Estudos recentes vieram mostrar que as actividades culturais e criativas podem desempenhar um papel de crescente relevância na economia portuguesa, à semelhança do que ocorre noutras sociedades desenvolvidas e pós-industriais. Na Região Norte, aliás, foram já lançadas iniciativas visando tirar partido das suas potencialidades neste domínio.”;

... e também da senhora Ministra da Cultura, referindo-se ao estudo sobre o sector cultural e criativo em Portugal: *“Há uma linha de actuação que ainda não consegui desenvolver, mas que está nos meus planos, que é tentar encontrar formas de criar linhas de crédito para as pequenas e médias empresas no sector cultural, tal como existem para outros sectores.”* (Jornal Público – 24.03.2010).

O programa do XVIII Governo Constitucional afirma a intenção de reforçar os apoios às indústrias culturais e criativas promovendo a existência de linhas de crédito público, de instrumentos de capital-semente, capital de desenvolvimento, capital de internacionalização e capital de reestruturação de forma a fomentar e qualificar as estruturas de apoio às artes e à criação cultural, às empresas do sector industrial criativo e industrial cultural, designadamente a moda e o *design*;

Interessante é também o debate que, ultimamente, se tem produzido na comunicação social, com vários artigos de opinião sobre estas indústrias, o que não deixa de reflectir uma crescente consciencialização para esta temática. Das preocupações de quem vê as ICC como forma de mercantilização da cultura ao entusiasmo dos que acreditam que a cultura pode salvar a economia, há um debate que neste momento acontece na comunicação social portuguesa.

Refira-se ainda o número assinalável de conferências que sobre este tema se têm realizado nos últimos meses no nosso País.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Em Portugal as ICC, de acordo com o estudo produzido para a Comissão Europeia pela KEA, European Affairs, 2006, contribuíram em 2003 com 1,4% do PIB o que correspondeu a 6.358 milhões de euros. Este sector foi o terceiro principal contribuinte para o PIB português, somente atrás dos produtos alimentares (1,9%) e dos têxteis (1,9%) e à frente de sectores como a indústria química (0,8%), o imobiliário (0,6%) ou os sistemas de informação (0,5%).

O contributo do sector para o PIB cresceu 6,3% entre 1999 e 2003 e o volume de negócios aumentou a uma taxa anual média de 10,6% (representa o dobro da média global da União Europeia).

Em 2004, as indústrias criativas empregavam 76 mil pessoas (se juntarmos o turismo cultural, o volume de emprego total atinge as 116 mil pessoas. No entanto somos o país com menos universitários a trabalhar no sector criativo: 31,9%. Na EU 25, só sete países têm menos de 40% de universitários na cultura e criatividade.

No estudo sobre o Sector Cultural e Criativo em Portugal, da autoria da Augusto Mateus e Associados, refere-se que o sector representou em 2006 (dados mais recentes do que o estudo anterior) 2,8% do valor acrescentado bruto e 2,6% do emprego em Portugal. Um sector relevante que não fica muito atrás do sector automóvel e um pouco à frente do sector têxtil e do vestuário, conclui-se.

Apresentados estes dados económicos, pensamos que seria **interessante uma actualização dos mesmos** para se aferir o comportamento das ICC no momento actual de crise. Com esta actualização poderíamos perceber com estão a reagir as ICC – sector que joga um desafio global – a uma crise que é ela também global e responder a uma questão que nos parece, no momento actual, pertinente: **qual o papel da cultura e da criatividade no debelar da presente crise económica, financeira e social?**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Na resposta a esta questão (conjugada com os dados, já disponibilizados, que revelam a importância económica do sector) talvez resida um dos motivos para que o investimento em Portugal na cultura venha a atingir os números que têm sido prometidos e, até ao momento, nunca cumpridos pelo Governo. Numa altura em que se anunciam cortes orçamentais em todos os sectores (e o cultural não é excepção), a actualização destes dados poder-se-ia revelar de grande utilidade para o próprio Ministério da Cultura poder argumentar que estes cortes não devem ser indiscriminados: as ICC, com o incentivo público adequado, estão em condições de criarem riqueza e gerarem postos de trabalho.

Os três desafios que, logo nos parágrafos iniciais, a presente iniciativa europeia elenca parecem-nos ser aqueles para os quais, também Portugal precisa de encontrar respostas próprias a fim de aproveitar todo o potencial das ICC bem como para acompanhar toda a dinâmica que se pretende alcançar a nível europeu.

IV - Contexto político, objectivos e âmbito do Livro Verde

Todas estas facetas estão abrangidas pelo segundo objectivo da agenda europeia para a cultura. Esta agenda foi apoiada no quadro de uma resolução do Conselho, em Novembro de 2007, e pelo Conselho Europeu, em Dezembro de 2007. O Conselho Europeu, nas suas conclusões de Dezembro de 2007, reconheceu a importância dos sectores cultural e criativo no âmbito da agenda de Lisboa, bem como a necessidade de reforçar o seu potencial, em especial no que diz respeito às PME.

Noutras conclusões o Conselho sublinhou a necessidade de reforçar a ligação entre o ensino, a formação e as ICC, tendo apelado à criação de melhores sinergias entre o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

sector cultural e os outros sectores da economia e de laços mais fortes entre a política cultural e outras políticas pertinentes.

A Comissão foi também convidada pelo Parlamento Europeu a clarificar o que constitui a visão europeia da cultura, da criatividade e da inovação e a elaborar medidas políticas para o desenvolvimento das indústrias criativas europeias e a integrá-las no quadro de uma verdadeira estratégia europeia para a cultura.

O presente Livro Verde pretende lançar um debate sobre as condições necessárias a um ambiente criativo verdadeiramente estimulante para as ICC da UE.

Não pretende abranger todos os aspectos que possam ter impacto nestes sectores, mas aborda alguns domínios chave que podem efectivamente realizar o potencial das ICC na Europa.

Para cada um dos temas abrangidos a Comissão deseja receber, em particular, contributos sobre as prioridades de acção a nível europeu.

O Livro Verde adopta uma abordagem ampla, com base nas seguintes definições operacionais:

- Indústrias culturais são as indústrias que produzem e distribuem bens ou serviços que, no momento em que são desenvolvidos, têm uma qualidade, utilização ou finalidade específica que incarna ou transmite expressões culturais, independentemente do seu valor comercial.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

- Indústrias criativas são as indústrias que utilizam a cultura como factor de produção e têm uma dimensão cultural, embora os seus resultados sejam sobretudo funcionais.

Refira-se que o conceito de ICC utilizado neste Livro Verde não abrange explicitamente o turismo e o sector das novas tecnologias.

Contexto político, objectivos e âmbito do Livro Verde – (observações/comentários)

Na agenda nacional, o Plano Tecnológico considera a inovação fundamental para a internacionalização da economia portuguesa. Nele se considera que “a classe criativa deverá ser possuidora do talento e tolerância que permitam inovar e apostar na tecnologia, de modo a ter como resultado final um crescimento económico”.

O Plano Tecnológico define como principais objectivos estratégicos no âmbito das indústrias criativas:

- Divulgar e promover o conceito de Indústria Criativa em Portugal;
- Consolidar a base de conteúdos culturais e informativos;
- Promover o potencial económico das Indústrias Criativas pelo acesso ao financiamento e aos recursos humanos;
- Promover as cidades criativas em Portugal.

O conceito de indústrias criativas foi desenvolvido originalmente pelo Department of Culture, Media and Sports (UK DCMS), integrando um conjunto grande de actividades com uma grande diversidade entre si: publicidade, arquitectura, artes visuais e antiguidade, artesanato e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

joalheria, design, design de moda, cinema, vídeo e audiovisual, software educacional e de entretenimento, música, artes performativas, edição, software e serviços de informática, televisão e rádio.

A DCMS entendeu que estas actividades têm uma característica comum: estão suportadas na imaginação e criatividade individual, associadas à habilidade e talento, e produzem riqueza e postos de trabalho através da geração e exploração de novos conteúdos e propriedade intelectual.

Esta definição é importante porque parece ter servido de base ao estudo a que já nos referimos sobre o cluster de indústrias criativas na Região Norte.

Por sua vez o estudo encomendado pelo Ministério da Cultura configura o sector cultural e criativo em três subsectores âncora: - actividades nucleares do sector cultural: artes performativas, artes visuais e criação literária, património histórico e cultural; indústrias culturais: cinema e vídeo, edição, música, rádio e televisão; e indústrias criativas: arquitectura, design, publicidade, serviços de software, componentes criativas noutras actividades.

Não sendo totalmente pacífica a definição de indústrias criativas e culturais, e verificando-se a utilização de conceitos exteriores, **parece-nos importante que Portugal possa definir um conceito próprio sobre as ICC.** Tal conceito contribuiria certamente para a diversidade cultural que, como veremos já de seguida, é fonte de crescimento para as ICC.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

V - Diversidade Cultural, passagem à era digital e globalização: principais motores de desenvolvimento das ICC

De acordo com o Livro Verde as ICC confrontam-se com um contexto em rápida mutação e que se caracteriza, por exemplo, pela rapidez do desenvolvimento e implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) digitais à escala mundial.

A tecnologia e a existência de uma infra-estrutura de banda larga nos meios urbanos e rurais abre novas oportunidades para os criadores produzirem e distribuírem as suas obras junto de um público mais vasto ao mesmo tempo que a implementação das TIC depende da disponibilidade de conteúdos culturais de elevada qualidade e diversificados.

Este novo ambiente altera, contudo, os modelos tradicionais de produção e consumo, pondo em causa o sistema através do qual a comunidade criativa tem, até agora, retirado valor dos conteúdos. O valor económico está a ser deslocado para o final da cadeia, o que, em certos sectores, afecta a eficácia do incentivo à criação. Acrescentem-se, por exemplo, os problemas das indústrias de gravação provocados pela pirataria e chegaremos à conclusão que o sector necessita de desenvolver modelos de actividades novos e inovadores.

Em muitos sectores das ICC as empresas estão colocadas perante o desafio de terem de cobrir os custos da passagem à era digital e de terem de investir e testar novos modelos de actividade que só ao fim de algum tempo geram retorno.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Esta passagem para a era digital à escala mundial reforça a posição de importantes partes interessadas como as empresas de telecomunicações e os fabricantes de electrónica de consumo e coincide com a emergência de novos e fortes intervenientes mundiais, como os motores de pesquisa e as redes sociais o que, contribuindo para o mercado podem filtrar o acesso mesmo.

Mesmo nos sectores em que as grandes empresas internacionais desempenham um papel de liderança, as pequenas e microempresas (a grande maioria das ICC) têm um papel crucial na criatividade e na inovação.

Devem por isso ser criadas e mantidas condições de concorrência que garantam a inexistência de barreiras injustificadas à entrada no mercado exigindo-se esforços combinados em diferentes domínios de intervenção, especialmente na política de concorrência.

A interoperabilidade pode ter um papel importante na criação de condições de acesso equitativas para as novas plataformas e os novos equipamentos. Esta é importante, não só para os produtores (em especial as PME), mas também para os utilizadores. A interoperabilidade alarga a possibilidade de escolha dos utilizadores, em especial a escolha de produtos e serviços de ICC que assentem nas TIC. As normas contribuem igualmente para criar um mercado favorável à inovação, que incentive a inovação e, simultaneamente, evite os sistemas que possam restringir o acesso a conteúdos diversificados. Por isso, é essencial promover a interoperabilidade entre as plataformas e os equipamentos.

A diversidade de escolha constitui um interesse fundamental dos consumidores. Nos termos do artigo 167.º (ex-artigo 151.º CE) do Tratado sobre o Funcionamento da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

União Europeia, os aspectos culturais devem ser tidos em conta na aplicação da legislação europeia.

Neste contexto, a Comissão irá trabalhar em três grandes quadros estratégicos:

- em primeiro lugar, a agenda digital para a Europa é uma das sete iniciativas emblemáticas da Europa 2020. No enquadramento que será criado pela agenda digital, a Comissão irá trabalhar, entre outros objectivos, para criar um verdadeiro mercado único dos conteúdos e serviços em linha.

- em segundo lugar, no âmbito da iniciativa emblemática «União da inovação», serão realizadas acções específicas para reforçar o papel das ICC enquanto catalisadoras da inovação e da mudança estrutural.

- em terceiro lugar, a estratégia para a propriedade intelectual deverá, *inter alia*, basear-se numa série de iniciativas passadas e noutras em curso, que se relacionam directamente com várias ICC. A tónica incide claramente na utilização e gestão dos direitos, procurando um equilíbrio entre a protecção necessária e a sustentabilidade da criação, por um lado, e a necessidade de promover o desenvolvimento de novos serviços e modelos de actividade, por outro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Diversidade Cultural, passagem à era digital e globalização: principais motores de desenvolvimento das ICC – (observações/comentários)

As ICC deparam-se, em Portugal, com barreiras que têm diminuído o seu potencial de crescimento: redes de parcerias subdesenvolvidas, canais de distribuição praticamente inexistentes, percepção generalizada de isolamento, falta de ligações com o exterior (muito ao nível comercial), etc.

Portugal precisa de apostar na visibilidade dos seus talentos criativos, definir estrategicamente **quais são as suas regiões criativas**, delinear um plano de acção com uma duração não inferior a uma década, uma vez que tem condições para se posicionar como um país com regiões criativas de excelência à escala europeia.

A passagem à era digital, alvo de posteriores referências neste relatório, deve ser encarado como estratégico pelas ICC portuguesas. De resto, de acordo com alguns estudos, existem sinais de uma orientação do sector para actividades produtoras de conteúdos para plataformas digitais, com elevados níveis de valor acrescentado e competitivas internacionalmente, embora sejam ainda negócios de muito pequena escala e pouco geradores de emprego.

Em relação à propriedade intelectual destaque-se que o organismo português que tem por missão assegurar a promoção da defesa e protecção da propriedade intelectual e a fiscalização de direitos de autor e conexos, o IGAC – Inspecção Geral das Actividades Económicas, tem um espaço de informação, consultoria e disponibilização de serviços on-line, dedicado às questões da propriedade intelectual destinado às empresas que actuam nas áreas da criação artística e das indústrias criativas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

VI - Criação de meios adequados

Neste terceiro capítulo o Livro Verde considera que, para atingirem totalmente o seu duplo potencial cultural e económico, as ICC necessitam:

- de uma maior capacidade de experimentação e inovação;
- de acesso à combinação adequada de competências;
- de acesso a meios de financiamento.

Novos espaços para a experimentação, a inovação e o espírito empresarial no sector cultural e criativo

Têm surgido novos públicos, canais de distribuição e modelos de consumo impulsionados pelas novas tecnologias, em particular, as digitais.

Estão a surgir subculturas que resultam numa combinação pluridisciplinar de formas e conteúdos artísticos novos e tradicionais.

A vertente «investigação e desenvolvimento» da criatividade» e criação tem de ser reforçada.

A Europa deve promover uma colaboração mais intensa, sistemática e abrangente entre as artes e as instituições académicas e científicas, bem como as iniciativas público-privadas para apoiar as experiências dos artistas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Será importante adoptar uma abordagem global para garantir um ambiente favorável à inovação e ao crescimento e para desenvolver este sector. Por exemplo, deve promover-se a criação de pontos de encontro e de «laboratórios» para a inovação aberta e centrada no utilizador e a experimentação, em que vários domínios possam trabalhar em conjunto; devem incentivar-se os intermediários ou mediadores entre diferentes sectores e domínios.

Devem promover-se, igualmente, as boas práticas em matéria de responsabilização e de transparência, o que permitirá assegurar padrões de excelência a nível mundial.

Neste contexto, é também importante criar condições mais adequadas e favoráveis para a integração de novas tecnologias e, em especial, as digitais nas ICC, produzindo conteúdos profissionais mais diversificados e inovadores para os cidadãos da UE.

Devido a condicionalismos que vão desde a necessidade de adaptação e inovação constantes até à variedade de preferências dos consumidores, o presente documento considera que a melhor estrutura organizacional é, muitas vezes, um «pólo de indústrias culturais e criativas», ou seja, um conjunto concentrado de indústrias reactivas e adaptáveis. Na maioria dos casos, estes pólos funcionais têm por base uma colaboração intensa e a interligação entre diferentes agentes do sector da inovação e as instituições.

É assim necessária uma melhor compreensão da forma como as empresas culturais e criativas podem beneficiar de uma localização concentrada no mesmo local com as respectivas instituições, através da promoção da ligação em rede, proporcionando um melhor apoio para incentivar o estabelecimento de empresas criativas e introduzindo a dimensão «utilizador» nos pólos de actividade existentes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

PERGUNTA

- Como criar mais espaços e melhor apoio para a experimentação, a inovação e o espírito empresarial nas ICC? Mais particularmente, como melhorar o acesso aos serviços TIC em/para as actividades culturais e criativas e como melhorar a utilização dos seus conteúdos culturais? Como podem as TIC tornar-se forças motrizes para novos modelos de actividade em algumas ICC?

Novos espaços para a experimentação, a inovação e o espírito empresarial no sector cultural e criativo – (observações/comentários)

Os estudos efectuados em Portugal sobre esta temática apontam como características do tecido económico cultural e criativo uma clara maioria das microempresas, uma fraca presença de capital estrangeiro, a existência de ganhos superiores ao referencial da economia nacional, forte concentração empresarial (Grande Lisboa, Grande Porto, Península de Setúbal) e um posicionamento débil das grandes regiões industriais.

No trabalho sobre o sector cultural e criativo encomendado pelo Ministério da Cultura, acompanhando a preocupação constante deste Livro com a era digital que vivemos e a sua importância para a potenciação das ICC, recomenda-se: a produção de conteúdos em suporte digital e a sua distribuição em rede com o objectivo de desenvolver a sociedade do conhecimento e da informação; o acesso digital a conteúdos culturais diversificados porque forma novos públicos e qualifica a procura cultural do mercado; a ligação da área da cultura à área tecnológica como possibilidade de rentabilizar os investimentos feitos em património físico e de potenciar a notoriedade além-fronteiras dos artistas portugueses.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Em relação aos pólos de indústrias culturais e criativas e ao benefício da promoção da ligação em rede, consideramos que um dos principais obstáculos ao surgimento de uma verdadeira economia criativa no nosso país reside na inexistência de um sistema de funcionamento em rede (networking) dos diversos agentes envolvidos.

Com este contexto, parece-nos importante a **existência de um conjunto de agentes, organizados em rede**, num espírito de cooperação, que possibilite a libertação de sinergias criativas.

Satisfazer melhor as necessidades das ICC em matéria de competências

No Livro Verde afirma-se que continua a ser difícil para as ICC, em especial para as PME, encontrar pessoal com a combinação certa de competências. É pois fundamental garantir uma melhor correspondência entre a oferta de competências e as exigências do mercado de trabalho.

As parcerias entre as escolas de arte e design ou as universidades e as empresas podem contribuir para a concretização deste objectivo.

As necessidades «técnicas» específicas destes sectores estão a mudar muito rapidamente, apelando a uma aprendizagem ao longo da vida. Por exemplo, as cibercompetências, as competências empresariais (de gestão ou comerciais) são indispensáveis para promover a inovação e a competitividade.

Não deixa de ser útil, dada a sempre rápida evolução do sector, compreender melhor e identificar as novas competências de que ele carece ou de que terá em breve necessidade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

A este propósito, no âmbito da iniciativa «novas competências para novos empregos», será lançada uma iniciativa sectorial específica para as ICC, concentrando análises e experiências a nível da UE, com o apoio das partes interessadas.

Para reduzir o fosso existente entre a formação profissional e as práticas profissionais, o documento em análise avança com a chamada «tutoria por pares» considerando que pode ser um instrumento muito útil para acelerar a resposta das ICC às mudanças.

PERGUNTAS

- Como promover parcerias entre as escolas de arte e design e as empresas, como forma de promover a incubação, a criação de novas empresas e o espírito empresarial, bem como o desenvolvimento de cibercompetências?
- Como pode a «tutoria por pares» nas ICC ser incentivada a nível da União Europeia?

**Satisfazer melhor as necessidades das ICC em matéria de competências –
(observações/comentários)**

Em Portugal os trabalhadores das ICC são mais qualificados do que o padrão nacional (mas ainda muito aquém dos referenciais europeus), e destacam-se pelo facto de serem jovens (38% dos trabalhadores têm entre 25 e 36 anos).

No seguimento dos desafios lançados por este Livro Verde, parece-nos consensual que a **articulação entre as políticas criativas e educativas** é um objectivo que o país tem de alcançar. Conjuguar as dinâmicas das Universidades e das incubadoras de empresas, com os decisores políticos é fundamental.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

As instituições de ensino superior podem, efectivamente, dar um importante contributo às ICC através de: iniciativas de investigação e desenvolvimento; promoção activa de negócios tendo por base os seus alunos, ex-alunos e professores; parcerias com o tecido empresarial, etc

Parece-nos importante, a título de exemplo, transcrever aqui três constatações que o estudo desenvolvido pela Fundação de Serralves, a este propósito, referiu:

“- (...) o Norte de Portugal tem um conjunto de Cidades Universitárias com potencial criativo, identificando-se uma população jovem, do ponto de vista demográfico, mas pouco empreendedora.

- No entanto, a produção de conhecimento universitário nas áreas das indústrias criativas é um factor relevante para a criação de uma economia criativa e formação de massa crítica.

- Saliente-se, ainda, o facto das parcerias entre municípios e instituições estarem pouco desenvolvidas, faltando a necessária abordagem regional, sendo, como consequência, essencial fomentar as dinâmicas produzidas pelas relações entre Universidades, Autarquias e Empresas.”

Acesso ao financiamento

O presente Livro Verde identifica o acesso ao financiamento como um obstáculo fundamental ao crescimento de muitas empresas do sector.

As ICC deparam-se com desafios específicos para aceder ao investimento, por diversos motivos: falta de informação e conhecimento sobre as fontes de financiamento, dificuldades no desenvolvimento e apresentação de um plano de actividades convincente ou recurso a um modelo de actividade deficiente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

O acesso das ICC ao apoio financeiro é limitado, dado que muitas empresas sofrem de subcapitalização crónica e enfrentam graves problemas para a obtenção de uma valorização adequada dos seus activos intangíveis, por exemplo, os direitos de autor, quando procuram financiamento.

Os investidores e os bancos devem ser sensibilizados para o valor económico e para o potencial das ICC. Devem implementar-se sistemas de garantia e outros mecanismos de engenharia financeira para incentivar o financiamento das ICC.

Neste contexto, os instrumentos financeiros inovadores, como o capital de risco e as garantias, bem como outros instrumentos de partilha de riscos postos em prática através dos agentes do mercado podem facilitar significativamente o acesso das PME ao financiamento.

A nível nacional ou regional, têm surgido modelos financeiros interessantes especificamente destinados às ICC. Alguns facilitam o acesso aos empréstimos através da partilha de conhecimentos especializados de diferentes sectores, para avaliar as empresas e os seus projectos. Outros reúnem os investidores e as empresas que carecem de capital de risco para crescerem, inclusive através do chamado «*crowdfunding*» ou financiamento colectivo.

PERGUNTA

- Como estimular o investimento privado e melhorar o acesso das ICC ao financiamento?

Existe valor acrescentado para que os instrumentos financeiros a nível da UE apoiem e complementem os esforços feitos aos níveis nacional e regional? Em caso afirmativo, como?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

- Como melhorar o acesso ao investimento das empresas das ICC? Que medidas específicas podem ser tomadas e a que nível (regional, nacional, europeu)?

Acesso ao financiamento – (observações/comentários)

Em Portugal existem várias entidades que possuem instrumentos financeiros de incentivo ao empreendedorismo. Estes instrumentos podem, eventualmente, ter aplicação em projectos das ICC. Mas a realidade é que praticamente não existem estruturas de financiamento específicas para as indústrias criativas.

Portugal possui um conjunto de instrumentos de financiamento, como programas do QREN, capitais de risco, business angels, microcrédito, banca, etc., mas que no entanto não estão ajustados às características dos negócios criativos nem são reconhecidos pelas ICC.

Sublinhe-se uma vez mais, as declarações da Senhora Ministra da Cultura, segundo as quais é intenção do Ministério da Cultura “criar linhas de crédito para as pequenas e médias empresas do sector cultural”.

O sector financeiro privado parece também começar a despertar para esta realidade. Foi noticiado o lançamento, por parte da Capital Criativo, do primeiro fundo de capital de risco português que investe no sector cultural e criativo. A criação deste fundo parte do reconhecimento crescente de que as ICC são hoje um importante segmento de mercado.

Segundo Nuno Gaioso Ribeiro, um dos gestores deste fundo, *“o sector financeiro olha com desconfiança para modelos de negócios assentes em investimentos intangíveis, como a*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

tecnologia, o capital humano ou a propriedade intelectual”, sendo que, do lado das empresas há pouca cultura financeira, problemas de organização e um défice de integração dos negócios.

Sobre esta matéria o estudo de Augusto Mateus sobre o sector cultural e criativo em Portugal avança com duas recomendações que nos parecem fazer todo o sentido:

- as políticas públicas dirigidas à competitividade empresarial devem dar uma atenção crescente ao fomento da competitividade do tecido empresarial do sector cultural e criativo, incentivando também projectos de organização e gestão, de desenvolvimento do capital humano, de inovação e de internacionalização.
- deve ser estruturado um sistema de incentivos específico baseado no mérito relativo, na massa crítica e na valia económica dos projectos e que contemple mecanismos de financiamento partilhados, capaz de habituar as empresas e os artistas a pensarem na economia cultural subjacente à sua actividade, a racionalizarem meios e a congregarem esforços.

VII - Desenvolvimento local e regional como base para o sucesso mundial

Considerando o desenvolvimento local e regional das ICC a base para o sucesso mundial deste sector, o Livro Verde assenta a sua abordagem em três áreas:

- dimensão local e regional;
- mobilidade e circulação de obras culturais;
- intercâmbios culturais e comércio internacional.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Dimensão local e regional

As ICC ajudam, muitas vezes, a dinamizar as economias locais em declínio, contribuindo para o surgimento de novas actividades económicas, criando novos postos de trabalho sustentáveis e aumentando a capacidade de atracção das regiões e cidades europeias.

A política de coesão da UE reconheceu os vários contributos da cultura para os seus objectivos estratégicos (convergência, competitividade e emprego e cooperação territorial). É, no entanto, difícil definir em que medida as ICC beneficiam dos fundos atribuídos à cultura, ou mesmo de outras rubricas pertinentes, como a investigação e inovação, a promoção de PME inovadoras, pólos de actividade e redes, a sociedade da informação (incluindo a digitalização e o acesso em linha à cultura), a regeneração urbana e o capital humano.

O papel específico que as ICC podem desempenhar no desenvolvimento regional e local deve ser tido em conta na concepção de políticas e instrumentos de apoio a todos os níveis.

A criatividade e a inovação têm uma dimensão regional forte e específica. As políticas e os instrumentos de apoio devem ser desenvolvidos a nível local, baseando-se nas especificidades e nos trunfos locais e tirando partido dos recursos locais.

Ao mesmo tempo, uma coordenação efectiva entre as diferentes políticas e os vários níveis da administração pública é essencial para o sucesso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

As estratégias bem sucedidas assentam num modelo de desenvolvimento a médio ou a longo prazo (ou seja, 10 a 20 anos), que combina investimentos (que devem visar áreas cruciais para as ICC) em infra-estruturas e capital humano.

Para terem êxito, as estratégias integradas de desenvolvimento devem ser definidas ao nível territorial pertinente, no quadro de uma parceria entre as entidades públicas responsáveis pelas diferentes políticas e os representantes da sociedade civil, ou seja, as empresas, os trabalhadores e as associações de cidadãos.

O intercâmbio de boas práticas é crucial e todas as redes possíveis em toda a Europa devem ser usadas para facilitar a transferência de conhecimentos e competências entre áreas menos desenvolvidas e pólos de crescimento.

PERGUNTA

- Como reforçar a integração das ICC no desenvolvimento estratégico regional/local?
Que ferramentas e que parcerias são necessárias para uma abordagem integrada?

Dimensão local e regional – (comentários/observações)

As regiões começam hoje a despertar para uma nova noção de desenvolvimento que une a cultura e a economia. As regiões de sucesso serão aquelas que souberem responder afirmativamente a este desafio, oferecendo produtos distintivos e serviços criativos ao mesmo tempo que atraem talento. Só assim conseguirão um desenvolvimento económico sustentável.

Parece-nos importante que se realize uma **avaliação do território de modo a referenciar potenciais lugares criativos.**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Em Portugal, de resto, existe já trabalho efectuado sobre esta matéria. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte lançou o repto a um conjunto de entidades no sentido de concretizarem uma visão para o sector das Indústrias Criativas para a Região Norte de Portugal.

Surgiu assim, o já por diversas vezes citado, Estudo Macroeconómico para o Desenvolvimento de um Cluster das Indústrias Criativas na Região Norte, promovido pela Fundação de Serralves.

Para além avaliar o posicionamento das ICC na região, este estudo pretendeu também identificar o papel que as mesmas poderão vir a desempenhar na sociedade, na cultura e na economia.

A CCDDR-N partiu precisamente das constatações que são feitas pelo Livro Verde neste tema da dimensão local e regional das ICC, a saber:

- necessidade de encontrar novos sectores de actividade, mais inovadores e com maior capacidade de servir de interface entre o meio académico e científico e o meio empresarial, criando assim novas oportunidades a um sector industrial regional com necessidade e em processo de transformação;
- existência de uma rede de universidades e estabelecimentos de ensino politécnico que criam uma população com apetência para serem dinamizadores de indústrias da criatividade e também pela inexistência de ofertas de espaços de instalação;
- existência de um propósito de requalificação urbana nas cidades da Região Norte, designadamente no Porto.

Ainda como exemplo, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT), identifica as seguintes cidades quanto ao seu potencial criativo: Braga, Guimarães, Vila Real,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Aveiro (sendo que se destacam no eixo Porto – Aveiro as continuidades produtivas de Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis).

O estudo de Augusto Mateus, por seu lado, evidencia a grande concentração empresarial das ICC: metade dos estabelecimentos estão na Grande Lisboa, no Grande Porto e na Península de Setúbal; um terço das regiões – Beira e Pinhal Interior, Serra da Estrela, Cova da Beira e Alentejo (Alto, Baixo e Litoral) – detém apenas 6% dos estabelecimentos. Destaca também as fortes assimetrias regionais na especialização do emprego – a grande distância de Lisboa, só seis regiões se destacam: Grande Porto, Península de Setúbal, Baixo Mondego, Médio Tejo, Madeira e Açores.

Sobre esta matéria o estudo referido no parágrafo anterior afirma:

- a valorização, reutilização e animação do património histórico e cultural aumenta a probabilidade de sucesso das estratégias económicas de desenvolvimento local;
- os projectos devem ir de encontro às raízes de cada território, promovendo consensos comunitários activos sobre a importância global do sucesso de cada iniciativa.

A mobilidade e a circulação das obras culturais e criativas

A promoção da mobilidade dos artistas e profissionais do sector da cultura – que são essenciais para o desenvolvimento das ICC – contribui de forma significativa para o desenvolvimento das suas qualificações profissionais e/ou artísticas, o desenvolvimento das suas próprias ambições em termos de investigação e exploração, a abertura de novas oportunidades de mercado e a melhoria das suas perspectivas de carreira, nomeadamente através da participação em residências, festivais, espectáculos itinerantes, exposições internacionais ou eventos literários.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

A mobilidade também pode mais directamente ter um impacto positivo no desempenho das ICC, abrindo novas oportunidades de mercado através de regimes que melhorem as estratégias de exportação da indústria, promovam a colocação em empregos no estrangeiro ou reforcem o desenvolvimento de capacidades.

Por outro lado, a circulação de obras beneficia o público europeu, pois dá-lhe novas perspectivas, desafia o espírito individual e colectivo a compreender e a viver na complexidade e dá-lhe acesso a uma paisagem cultural mais diversificada.

Por último, a mobilidade dos artistas e profissionais da cultura e das suas obras também é essencial para a circulação de ideias através das fronteiras linguísticas ou nacionais e possibilita a todos um acesso mais amplo à diversidade cultural.

A mobilidade é, por todas estas razões, uma componente essencial da agenda europeia para a cultura, bem como do Programa «Cultura» da UE (2007-2013).

Contudo, são numerosos os entraves à mobilidade. Alguns estão relacionados com as disposições aplicáveis em matéria de vistos, com o regime social e fiscal e com outras barreiras administrativas ou com a falta de acesso a informações exactas sobre os diferentes aspectos jurídicos, regulamentares, processuais e financeiros da mobilidade no sector da cultura.

Para além destes aspectos mais gerais, também há espaço para reforçar a mobilidade das obras, dos artistas e dos profissionais da cultura, agindo sobre a cadeia de intervenientes, tanto privados como públicos, para garantir a diversidade cultural através das fronteiras.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Por conseguinte, convém compreender melhor que formas de parcerias, cooperação ou apoio poderão contribuir para facilitar, acelerar e expandir a mobilidade das obras, dos artistas e dos profissionais da cultura para além das fronteiras nacionais, a nível europeu.

O presente Livro Verde procura, pois, mais especificamente, entender de que forma esta mobilidade pode ser aumentada e melhorada.

PERGUNTA

- Quais os novos instrumentos que devem ser mobilizados para promover a diversidade cultural através da mobilidade das obras culturais e criativas, dos artistas e dos profissionais da cultura, dentro e fora da União Europeia? Em que medida podem a mobilidade virtual e o acesso em linha contribuir para esses objectivos?

A mobilidade e a circulação das obras culturais e criativas – (observações/comentários)

Em relação a esta problemática, as **ICC portuguesas devem encarar a nova era digital com redobrado empenho**. A sistemática justificação da nossa situação periférica pode agora começar a deixar de poder ser utilizada pelas novas oportunidades que a passagem para o digital nos abre.

A produção de conteúdos em suporte digital e a sua distribuição em rede pode assegurar a afirmação da realidade cultural de um país e sua afirmação no mundo. Por outro lado a ligação da cultura à área tecnológica potencia a notoriedade além fronteiras dos artistas portugueses.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

O poder político deve fazer o papel de facilitador, criando infra-estruturas, derrubando barreiras fiscais e jurídicas, apoiando, e fazendo enquadramentos fiscais, mas não deve ter o controlo do projecto.

A diplomacia económica e a promoção do país devem considerar também as ICC, afirmando o potencial criativo dos portugueses e colocando-as em contacto com outras realidades criativas europeias.

A competitividade de Portugal obriga à nossa inserção em circuitos internacionais, seja de redes de investigação científica ou cultural seja de comunidades criadoras de conteúdos culturais.

Intercâmbios culturais e comércio internacional

A perspectiva da UE em matéria de intercâmbios culturais internacionais e comércio enquadra-se na Convenção da UNESCO de 2005 sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

Neste contexto, a União Europeia conserva a capacidade, em relação a si própria e aos Estados-Membros, de definir e aplicar políticas culturais com o objectivo de preservar a diversidade cultural.

Ao mesmo tempo, a União Europeia reforçou o seu compromisso de apoiar o papel da cultura no desenvolvimento e promove diferentes formas de tratamento preferencial para os países em desenvolvimento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

A UE está igualmente empenhada em fomentar o diálogo intercultural a nível mundial. Ao fazê-lo, deve também contribuir para a difusão da sua diversidade cultural, incluindo os bens e serviços produzidos pelas ICC, em todo o mundo.

O fomento de ICC de craveira mundial e a exportação das suas obras, dos seus serviços e dos seus produtos obviamente implicam o desenvolvimento de laços com os países terceiros.

As PME, em especial, necessitam de apoio para estabelecer contactos e promover as suas actividades no estrangeiro.

É também importante facilitar os intercâmbios artísticos com os países terceiros para estimular a diversidade cultural.

PERGUNTA

- Que instrumentos devem ser previstos ou reforçados a nível da UE para promover a cooperação, o intercâmbio e as trocas comerciais entre as ICC da UE e os países terceiros?

Intercâmbios culturais e comércio internacional – (observações/comentários)

A posição portuguesa no comércio internacional nesta área de actividade não é muito encorajadora. No conjunto das exportações da União Europeia, Portugal representa apenas 1%. O ritmo de crescimento das exportações portuguesas foi apenas de 14% contra 51% na UE 27.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Portugal apresenta uma insuficiente e desequilibrada abertura aos mercados Globais. O melhor desempenho vem das categorias que menor peso têm na estrutura das exportações portuguesas (audiovisuais e dos novos media). O pior desempenho vem das categorias que maior peso têm na estrutura das exportações portuguesas (rendas, bordados e outros artefactos têxteis).

Segundo o estudo do Ministério da Cultura o nosso país apresenta três grandes debilidades face à Europa:

- fraco dinamismo das indústrias relacionadas e de suporte ao sector cultural e criativo (à escala global, a distribuição e os equipamentos são decisivos para a sustentabilidade dos empregos e da competitividade nas ICC);
- dificuldade de articulação das lógicas de produção e de distribuição em muitos produtos culturais e criativos (o comportamento muito positivo da produção audiovisual contrasta com o fraco dinamismo da difusão televisiva e com o decréscimo acentuado da distribuição de filmes);
- estagnação duradoura das exportações das indústrias culturais (as lógicas públicas e privadas tendem a privilegiar o interno face ao internacional e a produção face à distribuição. Existe também a dificuldade na valorização internacional da língua portuguesa).

Portugal e a Europa, na riqueza da diversidade das suas regiões, devem intensificar a sua internacionalização para poderem ser competitivos. Um novo modelo de crescimento económico deverá assentar em factores chave como a inovação, a tecnologia, qualificação do capital humano, desenvolvimento das cidades, etc.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

VIII - Para uma economia criativa: os efeitos positivos das ICC

Relatórios publicados em diversos países europeus mostram que as ICC desempenham um papel mais importante nos sistemas de inovação nacionais e regionais do que foi reconhecido anteriormente pelos decisores políticos.

Em primeiro lugar, estas indústrias fornecem conteúdos para alimentar os dispositivos e redes digitais, contribuindo, assim, para a aceitação e o desenvolvimento futuro das TIC, por exemplo para a implantação da banda larga.

Em segundo lugar, devido ao seu papel específico e central na passagem à era digital e à nova tendência para uma «economia da experiência», bem como devido à sua capacidade para moldar ou ampliar as tendências sociais e culturais e, conseqüentemente, a procura dos consumidores, o contributo das ICC é importante para um clima propício à inovação na Europa.

Em terceiro lugar, as empresas que fazem proporcionalmente maior uso de serviços das ICC apresentam um desempenho significativamente melhor em matéria de inovação.

Os relatórios mostram também que os trabalhadores do sector da criatividade estão mais integrados na economia em geral do que inicialmente se pensava: há mais especialistas em criação que receberam formação em escolas de arte a trabalhar fora das ICC do que no sector, actuando como intermediários de conhecimento, inovação e novas ideias provenientes das ICC.

A título de observação mais geral, a capacidade das ICC locais são cada vez mais vistos pelas cidades e regiões como factores de implantação indirectos que podem ajudá-las



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

a reforçar a sua competitividade económica, através da criação de um ambiente propício à inovação e da atracção de pessoas altamente qualificadas e de empresas.

Ao mesmo tempo, o sector da cultura e as ICC podem dar um contributo fundamental para responder a desafios importantes, como a luta contra o aquecimento global e a transição para uma economia verde, bem como para constituir um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Podem igualmente abrir novas vias para abordar a dimensão internacional destes problemas.

A questão fundamental aqui consiste em saber como acelerar os efeitos indirectos positivos que a cultura e as ICC podem ter em toda a economia e na sociedade.

Uma solução consiste em maximizar a relação entre a cultura e o ensino, de forma a promover a criatividade numa perspectiva ao longo da vida.

As sinergias entre a cultura e o ensino devem ser objecto de maior reflexão. O princípio neste domínio deve ser o da «responsabilidade conjunta» dos sectores do ensino e da cultura, procurando obter-se parcerias sistemáticas e sustentáveis entre ambas as partes.

A educação para os *media* também é uma forma muito importante de promover a criatividade e a participação dos cidadãos na vida cultural da sociedade. Deve incentivar-se a capacidade de os cidadãos europeus fazerem escolhas informadas e diversificadas enquanto consumidores de meios de comunicação social.

Num nível macroeconómico, as relações entre as ICC e os outros sectores devem ser reforçadas em benefício de toda a economia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Para a existência de relações eficazes entre as ICC e domínios como a educação, a indústria, a investigação ou a administração pública, devem ser construídas «parcerias criativas» reais e ser aplicados mecanismos eficazes de transferência para outros sectores de conhecimentos criativos, como o design.

Neste contexto, os mecanismos de apoio à inovação a favor das ICC permitem não só que estas empresas inovem mais e melhor, mas também que possam apresentar soluções mais inovadoras para outros sectores ou indústrias, contribuindo, desse modo, para a economia geral da Europa, de modo a explorar plenamente o seu potencial de inovação.

PERGUNTAS

- Como acelerar os efeitos positivos das ICC nas outras indústrias e na sociedade em geral? Como se podem desenvolver e pôr em prática mecanismos eficazes para essa divulgação de conhecimentos?
- Como promover «parcerias criativas» entre as ICC e os estabelecimentos de ensino/empresas/administrações públicas?
- Como apoiar uma melhor utilização dos actuais intermediários e o desenvolvimento de uma vasta gama de intermediários que actuem como interface entre as comunidades artísticas e criativas e as ICC, por um lado, e as instituições de ensino/empresas e órgãos da administração pública, por outro?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Para uma economia criativa: os efeitos positivos das ICC – (observações/comentários)

A conclusão a que este Livro Verde chega, neste capítulo, segunda a qual - relatórios publicados em diversos países europeus mostram que as ICC desempenham um papel mais importante nos sistemas de inovação nacionais e regionais do que foi reconhecido anteriormente pelos decisores políticos – pode também retirar-se da realidade portuguesa.

Resulta claro, até pelo que aqui já ficou escrito, que os estudos efectuados no nosso país (em particular os dois que serviram de base à maior parte das observações aqui deixadas) nos levam a idêntica conclusão.

É pois necessário que o debate que as ICC têm suscitado nos últimos meses seja aprofundado pelos decisores políticos e venha a produzir, rapidamente, efeitos práticos.

Neste último capítulo do Livro Verde e tendo em consideração as perguntas nele colocadas consideramos pertinente mencionar um exemplo, que nos parece ser uma boa prática nesta matéria (como acelerar os efeitos positivos, como criar parecerias, como estimular as universidades, como criar redes, parcerias criativas, ...):

A “ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas”, (www.addict.pt), surge por proposta e como consequência prática do estudo sobre o desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas na Região Norte e constitui-se como plataforma que, através do conhecimento, informação, promoção e coordenação do sector das Indústrias Criativas, contribui para o desenvolvimento do empreendedorismo e da economia criativa.

Esta agência tem como visão posicionar o norte de Portugal entre as regiões mais criativas da Europa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Entre outras intenções visa dar ênfase aos conceitos de networking e empreendedorismo criativo. Sendo um facilitador, a *ADDICT* agiliza formas de cooperação entre agentes criativos, estimulando o crescimento de uma base em que o negócio e a criatividade se relacionam.

Em todo o seu campo de acção, a *ADDICT* reconhece que os seus associados (que vão desde universidades até autarquias, passando por agentes criativos) são elementos indispensáveis para definir, representar e desenvolver o sector.

IX – Síntese e nota final

1 - A Comissão Europeia adoptou um Livro Verde sobre como realizar o potencial das indústrias culturais e criativas.

2 - Com este Livro pretende lançar um amplo debate acerca das condições necessárias a um ambiente criativo verdadeiramente estimulante para as indústrias culturais e criativas da União Europeia.

3 -O documento, após realizar um enquadramento inicial onde justifica a relevância para a Europa das ICC e os desafios que se colocam ao seu pleno desenvolvimento, articula-se em cinco grandes Capítulos:

1 – Contexto político, objectivos e âmbito do Livro Verde;

2 – Diversidade Cultural, passagem à era digital e globalização: principais motores de desenvolvimento das ICC;

3 – Criação de meios adequados;

4 – Desenvolvimento local e regional como base para o sucesso mundial;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

5 – Para uma economia criativa: os efeitos positivos das ICC.

4 - Esta iniciativa da Comissão coloca, entre o Capítulo 3 e o 5, um conjunto de perguntas muito concretas:

- Como criar mais espaços e melhor apoio para a experimentação, a inovação e o espírito empresarial nas ICC? Mais particularmente, como melhorar o acesso aos serviços TIC em/para as actividades culturais e criativas e como melhorar a utilização dos seus conteúdos culturais? Como podem as TIC tornar-se forças motrizes para novos modelos de actividade em algumas ICC?

- Como promover parcerias entre as escolas de arte e design e as empresas, como forma de promover a incubação, a criação de novas empresas e o espírito empresarial, bem como o desenvolvimento de cibercompetências?

- Como pode a «tutoria por pares» nas ICC ser incentivada a nível da União Europeia?

- Como estimular o investimento privado e melhorar o acesso das ICC ao financiamento? Existe valor acrescentado para que os instrumentos financeiros a nível da UE apoiem e complementem os esforços feitos aos níveis nacional e regional? Em caso afirmativo, como?

- Como melhorar o acesso ao investimento das empresas das ICC? Que medidas específicas podem ser tomadas e a que nível (regional, nacional, europeu)?

- Como reforçar a integração das ICC no desenvolvimento estratégico regional/local? Que ferramentas e que parcerias são necessárias para uma abordagem integrada?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

- Quais os novos instrumentos que devem ser mobilizados para promover a diversidade cultural através da mobilidade das obras culturais e criativas, dos artistas e dos profissionais da cultura, dentro e fora da União Europeia? Em que medida podem a mobilidade virtual e o acesso em linha contribuir para esses objectivos?

- Que instrumentos devem ser previstos ou reforçados a nível da UE para promover a cooperação, o intercâmbio e as trocas comerciais entre as ICC da UE e os países terceiros?

- Como acelerar os efeitos positivos das ICC nas outras indústrias e na sociedade em geral? Como se podem desenvolver e pôr em prática mecanismos eficazes para essa divulgação de conhecimentos?

- Como promover «parcerias criativas» entre as ICC e os estabelecimentos de ensino/empresas/administrações públicas?

- Como apoiar uma melhor utilização dos actuais intermediários e o desenvolvimento de uma vasta gama de intermediários que actuem como interface entre as comunidades artísticas e criativas e as ICC, por um lado, e as instituições de ensino/empresas e órgãos da administração pública, por outro?

5 - Os decisores políticos, as ICC, os agentes culturais e criativos, outras partes interessadas do sector, bem como a sociedade civil, são convidados a pronunciar-se até 30 de Julho de 2010, dando a sua opinião sobre o teor do presente Livro Verde.

6 - A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura decidiu elaborar o presente Relatório.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

7 - Este mantém a estrutura definida pelo Livro Verde sendo que, em cada um dos diferentes Capítulos e subcapítulos, começa-se sempre por elaborar um resumo do conteúdo de cada um para, imediatamente a seguir, se apresentarem um conjunto de observações/comentários que visam, na maior parte das vezes, enquadrar a realidade portuguesa perante aquilo que são as perspectivas e as perguntas deste documento.

8 - Ao longo do relatório foram-se destacando aspectos que julgamos importante ponderar como, por exemplo: a actualização dos dados referentes às ICC portuguesas; o papel que estas podem ter no combate a presente crise; a definição de um conceito português para as ICC; a aposta na mobilidade dos nossos agentes criativos; a definição de quais as regiões criativas de Portugal; a importância do surgimento de redes entre os agentes criativos e como o incentivar; a articulação que deve existir entre a política criativa e a educativa; a aposta decisiva na passagem à era digital; o aprofundamento do debate por parte dos decisores políticos e a consequente tomada de decisões em relação ao sector.

NOTA FINAL: Atendendo ao debate público que se tem intensificado em Portugal sobre o papel das indústrias criativas e culturais, aos estudos que convocam os decisores políticos para tomadas de decisão sobre esta realidade e às questões muito concretas com que este Livro nos interroga, consideramos pertinente que a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, sem prejuízo do contributo que agora dá a este Livro Verde, possa continuar a acompanhar este sector e este debate, ponderando promover, logo no início da próxima Sessão Legislativa, uma Audição Pública sobre esta matéria.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

X - Parecer

Face ao exposto, e nada mais havendo a acrescentar nesta fase, a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura propõe que o presente relatório seja remetido à Comissão dos Assuntos Europeus, para apreciação, de harmonia com o disposto no n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto.

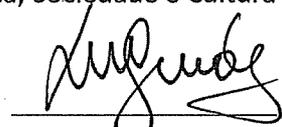
Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010

O Deputado Relator



Amadeu Soares Albergaria

O Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura



Luís Marques Guedes